

1

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	16.NOV.1974
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

X TRABALHADORES DA SAÚDE REJEITAM O ANTEPROJECTO DE REORGANIZAÇÃO HOSPITALAR

Toda a gente sabe que os hospitais têm estado à altura das tarefas para que são destinados. Esta é uma realidade legada do fascismo; é, também, um problema relacionado com a vastíssima problemática de saúde, que não pode ser, apenas, ausência de doença, mas um bem-estar moral, físico e social.

Logo após o 25 de Abril, precisamente os trabalhadores dos vários ramos ligados a este sector, iniciaram os primeiros passos neste sentido — elegendo comissões de gestão nos hospitais, realizando reuniões a nível nacional e regional, para debate dos problemas mais candentes e elaboração de propostas para a reorganização hospitalar. Um outro passo importante foi a nomeação do novo secretário de Estado da Saúde, major-médico Carlos Cruz e Oliveira, um homem do Movimento das Forças Armadas.

Em conferência de Imprensa, ontem efectuada pelo Secretariado Nacional dos Hospitais, representantes dos Hospitais Centrais e Distritais da Zona Norte e do Sindicato dos Médicos (Ordem dos Médicos), foram abordados alguns aspectos da problemática hospitalar. Ali foram apresentadas as razões por que os trabalhadores da Saúde vêm rejeitando o «anteprojecto governamental para a reorganização dos serviços hospitalares»; com efeito, para além de discordarem, na generalidade e especialidade, com as propostas nele contidas, consideram estes profissionais que, à partida, existem problemas prioritários a serem equacionados, a saber: definição da «Política de Saúde — Serviço Nacional de Saúde», pois consideram incorrecto «amarrar» os hospitais a uma orgânica «espartilhada», antes de se saber o que será este serviço; por outro lado, enquanto não forem homologadas superiormente as várias comissões directivas eleitas (e muitas são, ainda, as que aguardam tal compromisso), encontram-se lado a lado, e em choque constante, comissões representativas (que têm tido os efectivos gestores) e indivíduos vindos do fascismo, que nada representam, mas que são os «oficializados». Concretamente, em relação a este anteprojecto, as comissões eleitas, ou foram esquecidas, ou postas em pé de igualdade com aqueles. Consideram, portanto, de capital

importância essas homologações.

Relacionado com este ponto está o problema das Misericórdias, geridas por representantes que nada têm a ver, na maioria dos casos, com o esforço da democratização em curso, têm-se mostrado efectivos travões a qualquer reorganização séria dos serviços de saúde; por outro lado, não compreendem a coexistência de estruturas anacrónicas (porque medievais) com estruturas democráticas; por tudo isto, defendem o princípio da «nacionalização das Misericórdias» como passo importante numa política de saúde eficaz. Também, não tendo estas instituições carácter de «empresa capitalista» (que buscam o lucro e o dividem pelos seus sócios), consideram que esta nacionalização não é mais do que uma «transferência para o Estado» das atribuições de uma empresa de «utilidade pública», pelo que não deverá, logica-

mente, estar sujeita a qualquer indemnização.

Um outro problema abordado e considerado prioritário diz respeito aos órgãos superiores hospitalares — Secretaria de Estado da Saúde, director-geral e director-adjunto dos hospitais. Com efeito, identificando-se com o primeiro-ministro, advogam que «não pode haver democracia sem democratas». Reiterando a máxima confiança no secretário de Estado, reivindicam o saneamento dos «tecnoburocratas» que integram aquele departamento e se têm mostrado um entrave à «democratização da saúde». Nesse sentido, muitas têm sido as tomadas de posição, colectivas, quer em encontros nacionais, quer em vários hospitais.

Foi ainda noticiada a próxima formação de um Secretariado Nacional dos Hospitais Centrais e Distritais, que será o único interlocutor válido com o Governo, representando todos os hospitais do País.